

PARQUE IBIRAPUERA CONSERVAÇÃO

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

PARQUE IBIRAPUERA CONSERVAÇÃO

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Associados do
Parque Ibirapuera Conservação
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Parque Ibirapuera Conservação, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Parque Ibirapuera Conservação em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Parque Ibirapuera Conservação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

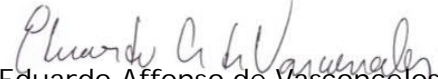


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de abril de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3

PARQUE IBIRAPUERA CONSERVAÇÃO

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2017	2016		Nota explicativa	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	61.759	14.025	Contas a pagar		411	-
		61.759	14.025	Obrigações sociais e trabalhistas		7	1.989
						418	1.989
Não circulante				Patrimônio líquido	6		
Imobilizado	5	39.544	34.151	Superávit acumulado		100.885	46.187
		39.544	34.151			100.885	46.187
Total do ativo		101.303	48.176	Total do passivo e do patrimônio líquido		101.303	48.176

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARQUE IBIRAPUERA CONSERVAÇÃO

Demonstração do resultado
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

	Nota explicativa	2017	2016
Receita bruta			
Doações recursos financeiros	7	154.156	42.919
Doações serviços PJ		290.308	317.264
Trabalho voluntário	9	338.450	108.540
Doações bens materiais		21.153	-
Total das receitas		<u>804.067</u>	<u>468.723</u>
Despesas operacionais			
Conservação e restauração		(15.704)	(1.731)
Ações comunitárias		(38.368)	(4.450)
Atendimento ao visitante		(258.176)	(283.283)
Gerais e administrativas		(42.936)	(41.813)
Trabalho voluntário	9	(338.450)	(108.540)
Pessoal		(50.865)	(17.064)
Depreciação e amortização		(4.820)	(3.760)
		<u>(749.319)</u>	<u>(460.641)</u>
Financeiras, líquido		(50)	-
Superávit financeiro		<u>54.698</u>	<u>8.082</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARQUE IBIRAPUERA CONSERVAÇÃO

Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	2017	2016
Superávit do exercício	54.698	8.082
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>54.698</u>	<u>8.082</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARQUE IBIRAPUERA CONSERVAÇÃO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	<u>Superávit acumulado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	38.105
Superávit do exercício	8.082
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>46.187</u>
Superávit do exercício	54.698
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u><u>100.885</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARQUE IBIRAPUERA CONSERVAÇÃO

Demonstração dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

	2017	2016
Superávit do exercício	54.698	8.082
Depreciação e amortização	4.820	3.760
Superávit ajustado	59.518	11.842
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
Contas a pagar	411	
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.982)	(119)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	57.947	11.723
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(10.213)	(2.991)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(10.213)	(2.991)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	47.734	8.732
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.025	5.293
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	61.759	14.025
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	47.734	8.732

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARQUE IBIRAPUERA CONSERVAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

1. Contexto operacional

O Parque Ibirapuera Conservação é uma instituição civil de direito privado, constituído sob a forma de associação, sem fins lucrativos, com fins de interesse público, autônoma e sem vinculação político-partidária, nem distinção de credo, raça, etnia e classe social. Tem como denominação de Parque Ibirapuera Conservação e como nome fantasia Ibira Conservação. É dirigida por seus instituidores e associados efetivos, tem prazo de duração indeterminado, sede e foro em São Paulo - SP e rege-se pelo seu Estatuto. Tem como objetivo executar e promover a conservação de parques e áreas verdes urbanas, tal qual o Parque Ibirapuera, bem como fomentar a governança, gestão transparente e eficiente destas áreas.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis, aprovadas pela administração em 02 de abril de 2018, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e para as entidades sem finalidade de lucros (NBC ITG 2002/12), ambas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

b. Ativos e passivos financeiros

A entidade possui instrumentos financeiros não-derivativos como caixa e equivalentes de caixa.

A entidade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros. Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa - são avaliadas pelo custo. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco liquidez.

PARQUE IBIRAPUERA CONSERVAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

d. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 5.

e. Receitas

O Parque Ibirapuera Conservação recebe donativos espontâneos de pessoas jurídicas e físicas para a manutenção de suas operações, registradas da seguinte forma:

- Doações financeiras de pessoas físicas: o recebimento ocorre pelo sistema PayPal com identificação do doador.
- Doações financeiras de pessoas jurídicas: o recebimento ocorre via conta bancária e é gerado recibo de doação nos padrões da receita federal.
- Doações de materiais: As doações recebidas in-kind, ou seja, material ou serviço são suportadas por NF`s, contratos ou termos de doação de serviço/material, e são diretamente aplicadas aos eventos correlacionados.
- Doação de serviço de pessoas físicas: registro através de contratos e/ou termo de voluntariado, especificando o trabalho, doação de horas mensal e valoração.

f. Apuração do resultado

Os superávits/déficits são apurados pelo regime de competência de exercícios.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa	5.046	2.722
Bancos	6.122	11.303
Aplicações financeiras	50.591	-
	<u>61.759</u>	<u>14.025</u>

PARQUE IBIRAPUERA CONSERVAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

5. Imobilizado

	Taxa de % depreciação	2017			2016
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Equipamentos de Informática	20	7.336	(1.811)	5.525	1.993
Móveis e utensílios	10	38.148	(7.356)	30.793	28.552
Equipamentos de telefonia	10	3.790	(564)	3.226	3606
Aparelhos e equipamentos	10		-		-
		<u>49.275</u>	<u>(9.731)</u>	<u>39.544</u>	<u>34.151</u>

6. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido compreende o acréscimo dos superávits, líquidos dos déficits, apurados desde a constituição da entidade.

No caso de dissolução da Associação, o patrimônio líquido será destinado a uma ou mais entidades beneficentes, segundo aprovado pelas Assembleias que decidirem sobre a matéria.

7. Receitas

	2017	2016
Doação pessoa jurídica	<u>98.880</u>	<u>30.550</u>
Doação pessoa física	<u>55.276</u>	<u>12.269</u>
	<u>154.156</u>	<u>42.919</u>

8. Trabalho voluntário

	2017	2016
Conservação e restauração	<u>26.050</u>	<u>15.300</u>
Ações comunitárias	<u>11.600</u>	<u>3.000</u>
Atendimento ao visitante	<u>36.000</u>	<u>17.140</u>
Captação de recursos	<u>-</u>	<u>2.400</u>
Gestão e suporte	<u>264.800</u>	<u>70.700</u>
	<u>338.450</u>	<u>108.540</u>

Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado que é composto por pessoas e prestadores de serviços da comunidade que dedicam seu tempo e seu talento em uma importante participação em variadas ações realizadas pela instituição. Os voluntários são pessoas físicas e profissionais liberais que prestam apoio em eventos diversos, palestras, entrevistas, organização, administração, publicidade e apoio nos atendimentos aos visitantes.

PARQUE IBIRAPUERA CONSERVAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

9. Tributos

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis, que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso presente, em determinado período, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas as demais condições legais.

A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação.